



DO TERRITÓRIO À COMMODITY: A REESTRUTURAÇÃO DA CAFEICULTURA BRASILEIRA E A GEOGRAFIA DOS PREÇOS (1950–2025)

From Territory to Commodity: The Restructuring of Brazilian Coffee Production and the Geography of Prices (1950–2025)

Del Territorio a la Mercancía: La Reestructuración de la Caficultura Brasileña y la Geografía de los Precios (1950–2025)

RESUMO

Fundamentado na Geografia Crítica, este artigo analisa as dinâmicas responsáveis pela elevação dos preços do café no Brasil entre 2021 e 2025, mesmo diante de safras elevadas e exportações recordes. Adota-se abordagem qualitativa, integrando análise documental e estatística de séries históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cruzando dados oficiais de produção, consumo, preços e exportações. Os resultados demonstram que o encarecimento do café decorre de reestruturação territorial excludente, priorização do modelo agroexportador, financeirização, retração da área cultivada, concentração produtiva e desregulamentação do setor. Essa configuração fragiliza o abastecimento interno, aprofunda as desigualdades regionais e compromete a soberania alimentar do país. Como contribuição propositiva, o artigo defende e detalha um conjunto de diretrizes para o reequilíbrio setorial, baseadas na criação de estoques reguladores, no fortalecimento da agricultura familiar, em incentivos à diversificação produtiva e regional e no aumento da transparência do mercado. O estudo conclui que a efetivação dessas ações é fundamental para reequilibrar as relações entre produção, consumo e justiça social, garantindo o direito ao acesso ao café pela população brasileira.

Palavras-chave: café; reestruturação territorial; commodificação; soberania alimentar.

* Professor Formador no curso de Geografia Licenciatura UAB da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) *campus* Irati-PR.

ABSTRACT

Grounded in Critical Geography, this article analyzes the dynamics responsible for the increase in coffee prices in Brazil between 2021 and 2025, even amidst high harvests and record exports. A qualitative approach is adopted, integrating documentary and statistical analysis of historical series from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Brazilian Coffee Industry Association (ABIC), and the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA), cross-referencing official data on production, consumption, prices, and exports. The results demonstrate that the rise in coffee prices stems from exclusionary territorial restructuring, prioritization of an export-oriented model, financialization, reduction of cultivated area, productive concentration, and sector deregulation. This configuration weakens domestic supply, deepens regional inequalities, and compromises the country's food sovereignty. As a propositional contribution, the article advocates for and details a set of guidelines for sectoral rebalancing, based on the creation of regulatory stocks, the strengthening of family farming, incentives for productive and regional diversification, and increased market transparency. The study concludes that the implementation of these actions is fundamental to rebalancing the relations between production, consumption, and social justice, ensuring the population's right of access to coffee.

Keywords: coffee; territorial restructuring; commodification; food sovereignty.

RESUMEN

Fundamentado en la Geografía Crítica, este artículo analiza las dinámicas responsables del aumento de los precios del café en Brasil entre 2021 y 2025, incluso con cosechas elevadas y exportaciones récord. Se adopta un enfoque cualitativo, integrando análisis documental y estadístico de series históricas del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), la Asociación Brasileña de la Industria del Café (ABIC) y el Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento (MAPA), cruzando datos oficiales sobre producción, consumo, precios y exportaciones. Los resultados demuestran que el encarecimiento del café resulta de una reestructuración territorial excluyente, priorización del modelo agroexportador, financiarización, reducción del área cultivada, concentración productiva y desregulación del sector. Esta configuración debilita el abastecimiento interno, profundiza las desigualdades regionales y compromete la soberanía alimentaria del país. Como contribución propositiva, el artículo defiende y detalla un conjunto de directrices para el reequilibrio sectorial, basadas en la creación de reservas reguladoras, el fortalecimiento de la agricultura familiar, incentivos a la diversificación productiva y regional y el aumento de la transparencia del mercado. El estudio concluye que la efectividad de estas acciones es fundamental para reequilibrar las relaciones entre producción, consumo y justicia social, asegurando el derecho de acceso al café para la población brasileña.

Palabras-clave: café; reestructuración territorial; mercantilización; soberanía alimentaria.

INTRODUÇÃO

A cafeicultura é central na história econômica e simbólica do Brasil. Desde o século XIX, o café impulsionou o desenvolvimento nacional e estruturou o território, tornando-se commodity global no século XXI. Nas últimas décadas, porém, o setor passou a exibir um paradoxo: apesar da liderança mundial na produção e exportação, o país enfrenta aumentos históricos nos preços internos e escassez relativa, mesmo com safras elevadas e consumo estável entre 2021 e 2025, quando o preço no varejo mais que dobrou.

Parte-se da hipótese de que esse cenário não decorre unicamente de fatores conjunturais, como eventos climáticos ou flutuações cambiais, mas de um processo estrutural de reconfiguração territorial da produção. Sustenta-se que a priorização do modelo agroexportador, a financeirização do setor e a ausência de políticas regulatórias deslocaram o café de sua função alimentar e cultural, convertendo-o em ativo especulativo subordinado ao mercado externo.

O artigo dialoga com autores clássicos e contemporâneos da Geografia Crítica e da Economia Política, mobilizando conceitos como território, mundialização da agricultura e soberania alimentar. Na análise específica da cafeicultura, destaca-se a contribuição de Frederico (2017).

Os objetivos deste artigo são: Analisar a trajetória histórico geográfica da cafeicultura brasileira e sua inserção no capitalismo global; Examinar a retração territorial, a concentração produtiva e suas consequências regionais; Discutir as relações entre exportações crescentes e consumo interno pressionado; Avaliar os impactos da financeirização e da desregulamentação sobre o setor; Propor alternativas para fortalecer a soberania alimentar e a justiça territorial no contexto da cafeicultura.

O artigo organiza-se de forma a percorrer desde a reconstrução histórico geográfica até a análise empírica e as proposições finais. O objetivo central é demonstrar como a geografia dos preços do café revela conflitos entre projetos de desenvolvimento antagônicos: um orientado pela lógica do agronegócio globalizado e outro centrado no direito à alimentação e na diversidade territorial.

A FORMAÇÃO HISTÓRICO GEOGRÁFICA E TERRITORIAL DA CAFEICULTURA BRASILEIRA

A cafeicultura foi, entre os séculos XIX e XX, o principal eixo de estruturação territorial no Brasil, impulsionando a modernização econômica, a ocupação do solo e a integração à economia

mundial. O café definiu hierarquias regionais, moldou fluxos de infraestrutura, promoveu a urbanização e consolidou a hegemonia do Sudeste.

Segundo Taunay (1945), o ciclo cafeeiro reorganizou a paisagem do Brasil Imperial, baseado na grande propriedade escravista e na exportação, com epicentro inicial no Vale do Paraíba e posterior expansão para o Oeste paulista. Destaca-se o papel central da cafeicultura na construção de ferrovias, abertura de novas rotas para o interior e consolidação de um sistema produtivo orientado ao capital internacional, impulsionando o desenvolvimento urbano e financeiro nas regiões produtoras.

Do ponto de vista da formação econômica, Furtado (2005) interpreta o ciclo do café como base da acumulação primitiva de capital no Brasil, articulando a expansão da fronteira agrícola, a infraestrutura de transportes e os primeiros passos da industrialização.

O deslocamento progressivo da cafeicultura do Sudeste fluminense para o interior paulista consolidou um padrão de expansão horizontal, marcado pela incorporação extensiva de novas áreas e pela supressão de ecossistemas originais. Dean (1996) associa esse processo à devastação de grandes extensões da Mata Atlântica, decorrente da conversão de áreas de floresta em lavouras cafeeiras e da lógica produtiva predominante no período. Tal dinâmica ambiental associada à expansão agroexportadora contribuiu para a acumulação de capital derivada da exportação do café, que exerceu papel relevante na estruturação urbana e industrial de São Paulo, sobretudo a partir da década de 1930, contribuindo para a concentração econômica regional e a centralidade paulista no desenvolvimento nacional (Cano, 2007).

A decadência da cafeicultura como eixo central da economia nacional a partir da década de 1960 não eliminou seus efeitos estruturantes. Mesmo em crise, a cadeia do café manteve seu papel como vetor de integração comercial e tecnológica e foi progressivamente subordinada à lógica das commodities globais (Oliveira, 2016). Essa transição da cafeicultura tradicional para a chamada cafeicultura científica envolveu a adoção de pacotes tecnológicos intensivos, substituição do trabalho familiar por formas assalariadas e inserção do setor em redes logísticas e financeiras transnacionais (Frederico, 2017).

Esse movimento de subordinação à lógica global retoma, em nova escala, a lógica colonial interpretada por Prado Júnior (2011), segundo a qual a economia brasileira se conforma, desde suas origens, como empreendimento voltado ao exterior, articulado funcionalmente às necessidades do capital internacional, e não às demandas internas da sociedade nacional. Portanto, compreender a atual estrutura da cafeicultura marcada por concentração espacial, especialização técnica e fragilidade do abastecimento interno, exige reconhecer a longa duração do seu papel na conformação do território brasileiro.

Mundialização da agricultura, agroexportação e reconfiguração do campo

A partir da década de 1970, a agricultura brasileira passou por uma transformação estrutural profunda, marcada pela intensificação tecnológica, pela inserção subordinada ao mercado global e pela financeirização do solo e da produção. Esse processo, que reconfigurou as funções socioeconômicas e territoriais do campo, é interpretado por Oliveira (2016) como “mundialização da agricultura” uma etapa que subordina o espaço agrário às dinâmicas do capital global, com impactos profundos na organização da produção e no sentido do território.

Oliveira (2016) argumenta que a lógica produtiva agroexportadora contemporânea rompe o vínculo entre a produção agrícola e as necessidades alimentares nacionais, esvaziando a função pública da agricultura. Segundo o autor, a terra e as políticas públicas passam a ser mobilizadas como instrumentos para atender às exigências do capital internacionalizado, convertendo o território em plataforma logística voltada à exportação.

No âmbito específico da cafeicultura, Frederico (2017) desenvolve o conceito de “cafeicultura científica globalizada” para designar a substituição dos sistemas familiares por formas empresariais especializadas e articuladas a mercados externos. Essa formulação envolve a adoção de pacotes tecnológicos, o reordenamento do trabalho agrário e a ampliação da certificação internacional como mecanismos de padronização e controle.

A seletividade territorial que orienta essas transformações é discutida por Santos e Silveira (2001), que descrevem como os fluxos hegemônicos priorizam regiões tecnificadas e conectadas, marginalizando aquelas excluídas do circuito da economia global. Essa lógica reforça disparidades socioespaciais e concentra recursos, investimentos e infraestrutura em territórios funcionalizados aos interesses do capital. Nesse mesmo sentido, o conceito de meio técnico-científico-informacional, formulado por Milton Santos (1996), expressa a imposição de racionalidades externas sobre os lugares, reconfigurando seu uso segundo critérios de eficiência econômica, conectividade logística e subordinação a fluxos internacionais.

A reestruturação do espaço agrário sob a lógica agroexportadora também impacta profundamente as formas sociais do rural. Wanderley (2000) analisa como a modernização conservadora e a expansão das cadeias agroindustriais transformam o campo em espaço funcional ao capital, promovendo a marginalização da agricultura familiar e a fragmentação de comunidades. A autora destaca a substituição dos valores socioculturais do rural por lógicas empresariais de produtividade e rentabilidade, desarticulando os sistemas tradicionais de produção e reprodução social.

Complementarmente, Maluf (2000) sustenta que o modelo de desenvolvimento baseado na competitividade e na exportação desvaloriza o abastecimento interno e compromete a soberania alimentar. Além das dimensões técnica e econômica, a crítica à mundialização do campo também passa pelas escolhas políticas. Cunha (1998) analisa como políticas públicas verticalizadas reforçam a homogeneização setorial e inibem o reconhecimento das especificidades territoriais. Em contraposição, propõe a noção de “projeto sócio-espacial de desenvolvimento”, fundamentada na valorização da diversidade territorial, na endogeneidade das dinâmicas locais e na articulação entre economia, sociedade e meio ambiente. Esse referencial abre espaço para repensar alternativas de desenvolvimento rural baseadas na autonomia territorial e na democratização do uso da terra.

O conjunto dessas abordagens oferece subsídios fundamentais para compreender criticamente as transformações estruturais do campo brasileiro, marcadas por especialização produtiva, dependência tecnológica, fragilidade do abastecimento interno e subordinação crescente às dinâmicas do capital global.

Desenvolvimento territorial, desigualdades regionais e políticas públicas

Desde a década de 1970, o Estado brasileiro intensificou a modernização agrícola por meio da ampliação do crédito rural, da difusão tecnológica e da abertura comercial, consolidando uma estrutura produtiva voltada à competitividade e à exportação. Essa trajetória, entretanto, aprofundou assimetrias regionais e fragilizou formas sociais de produção não hegemônicas.

Cunha (2003) argumenta que o desenvolvimento rural brasileiro foi historicamente reduzido à extensão da modernização agrícola, desconsiderando a dimensão territorial do planejamento. Políticas elaboradas em escala nacional, com base em metas macroeconômicas e indicadores agregados, teriam efeitos regressivos sobre regiões com menor capacidade de absorção tecnológica, intensificando processos de exclusão, evasão rural e dependência de transferências públicas. Em trabalhos anteriores, como Cunha (1998), o autor já propunha a noção de “projeto sócio-espacial de desenvolvimento”, ancorada na valorização da diversidade territorial, na endogeneidade das dinâmicas locais e na articulação entre economia, sociedade e meio ambiente. Essa concepção rompe com a lógica setorial e homogênea da modernização conservadora, abrindo espaço para políticas públicas orientadas pela equidade e pela justiça territorial.

Na mesma direção, Beduschi Filho e Abramovay (2009) sustentam que o enfrentamento das desigualdades regionais requer a superação de uma visão redistributiva e compensatória do desenvolvimento rural. Os autores propõem uma abordagem baseada em capital social, governança participativa e gestão territorial policêntrica, na qual múltiplos sujeitos e escalas sejam reconhecidos

como agentes ativos do planejamento. A persistência das desigualdades, segundo essa leitura, decorre do predomínio de políticas públicas fragmentadas e setoriais, que desconsideram a heterogeneidade dos territórios e inibem a construção de arranjos sustentáveis e integrados.

No caso da cafeicultura, Frederico (2017) contribui com uma leitura específica ao desenvolver o conceito de “cafeicultura científica globalizada”. O autor descreve a substituição dos sistemas familiares por empresas especializadas, integradas ao mercado internacional e altamente tecnificadas. A racionalização técnica, a padronização produtiva e a certificação internacional estruturam uma nova geografia agrária, marcada pela concentração territorial, dependência de insumos e vulnerabilidade a flutuações externas. Embora centrada na cafeicultura, sua análise integra o debate sobre a subordinação do rural ao capital global.

O conjunto desses aportes teóricos permite identificar os fundamentos estruturais das desigualdades regionais no meio rural brasileiro. Ao articular planejamento estatal, racionalidade técnica e reestruturação produtiva, essas abordagens revelam as múltiplas determinações que conformam os territórios rurais sob a hegemonia do modelo agroexportador.

Agricultura familiar, soberania alimentar e nova ruralidade

A literatura crítica sobre agricultura familiar, soberania alimentar e ruralidades contemporâneas aponta uma tensão estrutural entre os grandes circuitos agroexportadores e os sistemas locais de produção e consumo. No centro dessa tensão está a agricultura familiar, historicamente marginalizada pelas políticas de modernização agrícola e desvalorizada como vetor de abastecimento interno. Autores como Maluf (2000), Wanderley (2000, 2014) e Picolotto (2014) demonstram que a agricultura familiar é fundamental tanto para a diversificação produtiva quanto para a sustentação da soberania alimentar no Brasil.

Wanderley (2014) mostra que o campesinato brasileiro possui racionalidade produtiva própria, invisibilizada pelas políticas estatais, mas resistente à lógica excludente da modernização conservadora. Sua permanência ativa no campo revela estratégias alternativas de uso da terra e de reprodução social, baseadas no trabalho familiar e na multifuncionalidade do espaço rural.

Maluf (2000) critica a concepção tradicional de desenvolvimento baseada no crescimento do produto e na integração internacional, argumentando que ignora a qualidade da vida alimentar das populações. Para o autor, o desenvolvimento deve promover autonomia produtiva, justiça distributiva e sustentabilidade dos sistemas alimentares, incorporando a dimensão territorial e o direito à alimentação. Esses princípios orientam uma crítica estrutural ao descolamento entre produção agrícola e segurança alimentar no Brasil contemporâneo.

A agricultura familiar, nesse sentido, é mais que categoria agrônômica ou estatística: trata-se de um projeto político em disputa. Picolotto (2014) mostra que sua constituição como categoria legal no Brasil resulta da mobilização de sujeitos sociais marginalizados (camponeses, assentados, quilombolas, extrativistas) em busca de reconhecimento e acesso a políticas públicas. A valorização desses sujeitos e de seus modos de vida permite repensar a função social da terra e os modelos de desenvolvimento rural vigentes.

Wanderley (2000) reforça essa visão ao analisar o rural contemporâneo como espaço plural, questionando a dicotomia “moderno” versus “atrasado” e valorizando modos de vida e práticas territoriais invisibilizadas. A autora destaca que a nova ruralidade envolve reinvenção dos sujeitos do campo, ampliação dos circuitos de consumo e emergência de valores ligados à agroecologia e à qualidade alimentar. Essa perspectiva contribui para o reconhecimento dos territórios rurais como espaços ativos, múltiplos e socialmente dinâmicos.

Cunha (2007) defende um projeto sócio-espacial de desenvolvimento baseado na justiça territorial, orientado não apenas por metas produtivistas, mas por princípios de equidade, sustentabilidade e enraizamento regional. Tal concepção contribui para compreender as disputas em torno da função social da terra e das desigualdades geradas pela especialização produtiva no meio rural. Já Oliveira (2011), adverte que a transformação de produtos agrícolas em commodities especulativas impõe um modelo de agricultura alheio às necessidades alimentares da população, deslocando decisões sobre uso da terra para o campo da rentabilidade financeira. Sua crítica à financeirização da agricultura fornece elementos centrais para entender os dilemas contemporâneos da produção voltada à exportação.

Assim, a literatura crítica em torno da agricultura e do desenvolvimento rural evidencia uma tensão estrutural entre distintas concepções de campo: de um lado, a terra funcionalizada como ativo do capital agroexportador; de outro, o território concebido como espaço de reprodução social, direito à alimentação e diversidade produtiva.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, de natureza explicativa, ancorada na tradição da Geografia Crítica e da Economia Política do desenvolvimento. Parte-se do pressuposto de que o preço do café resulta de um processo histórico geográfico de reestruturação territorial e mundialização, e não apenas de fatores conjunturais ou eventos climáticos isolados.

A análise utilizou dados empíricos oficiais e documentos técnicos, aliados a aportes teóricos críticos. Os principais instrumentos empíricos incluem: Séries históricas do IBGE sobre área colhida e produção de café no Brasil (1950-2017), com detalhamento para Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Espírito Santo; Indicadores da ABIC (2025a) sobre consumo per capita, exportações e preços médios do café no varejo e na origem (2017-2025); Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e (MAPA) sobre produção anual, variações de produtividade e projeções para 2020-2030 (Brasil, 2021).

As projeções utilizadas baseiam-se em relatórios oficiais do MAPA e da CONAB, complementadas por extrapolação linear das tendências históricas, empregando regressão linear simples para séries temporais. Quando necessário, os valores de 2025 em diante foram estimados a partir das médias móveis das séries disponíveis, sendo interpretados como indicativos e sujeitos a revisão conforme novas informações se tornem disponíveis.

Além disso, foram consultados documentos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2025) e do Consórcio Pesquisa Café (2025) sobre tendências tecnológicas, impactos climáticos e distribuição geográfica da produção.

Os dados foram tratados descritivamente, organizados em tabelas, gráficos temporais e cruzamentos entre variáveis, tais como: (a) área cultivada $\times$ produção total; (b) consumo interno $\times$ volume exportado; (c) preços médios da saca $\times$ preços no varejo.

A análise guiou-se por três dimensões principais: 1) Territorial: reconfiguração espacial da cafeicultura e concentração produtiva; 2) Política: papel do Estado na regulação de mercado e estímulo ao agroexportador; 3) Alimentar: tensão entre abastecimento interno e dependência externa, refletida na volatilidade dos preços e fragilidade da soberania alimentar.

No plano teórico, os conceitos mobilizados de autores como Oliveira (2011, 2016), Frederico (2017), Cunha (2003, 2007), Wanderley (2000), Maluf (2000), Furtado (2005) e Taunay (1945) foram operacionalizados na interpretação dos dados estatísticos e documentais. Por exemplo, o conceito de “mundialização da agricultura” foi aplicado para analisar o descolamento entre produção e consumo local; “cafeicultura científica globalizada” fundamentou a leitura da concentração espacial e tecnificação do setor.

A originalidade desta metodologia reside na integração entre análise documental e estatística com referencial crítico, permitindo interpretar a formação dos preços do café à luz dos processos socioespaciais e institucionais.

Cabe destacar que as projeções estatísticas utilizadas neste estudo (especialmente aquelas derivadas de relatórios do MAPA, CONAB e Embrapa) baseiam-se em modelos lineares de continuidade e tendem a pressupor a manutenção das condições técnico-produtivas atuais. Por essa razão, não incorporam cenários de ruptura climática, crises geopolíticas ou oscilações sistêmicas nos mercados globais de commodities. Essa limitação metodológica é reconhecida neste trabalho e considerada na análise crítica dos dados projetados, assegurando maior fidelidade interpretativa aos padrões da Geografia Crítica e da Economia Política do desenvolvimento.

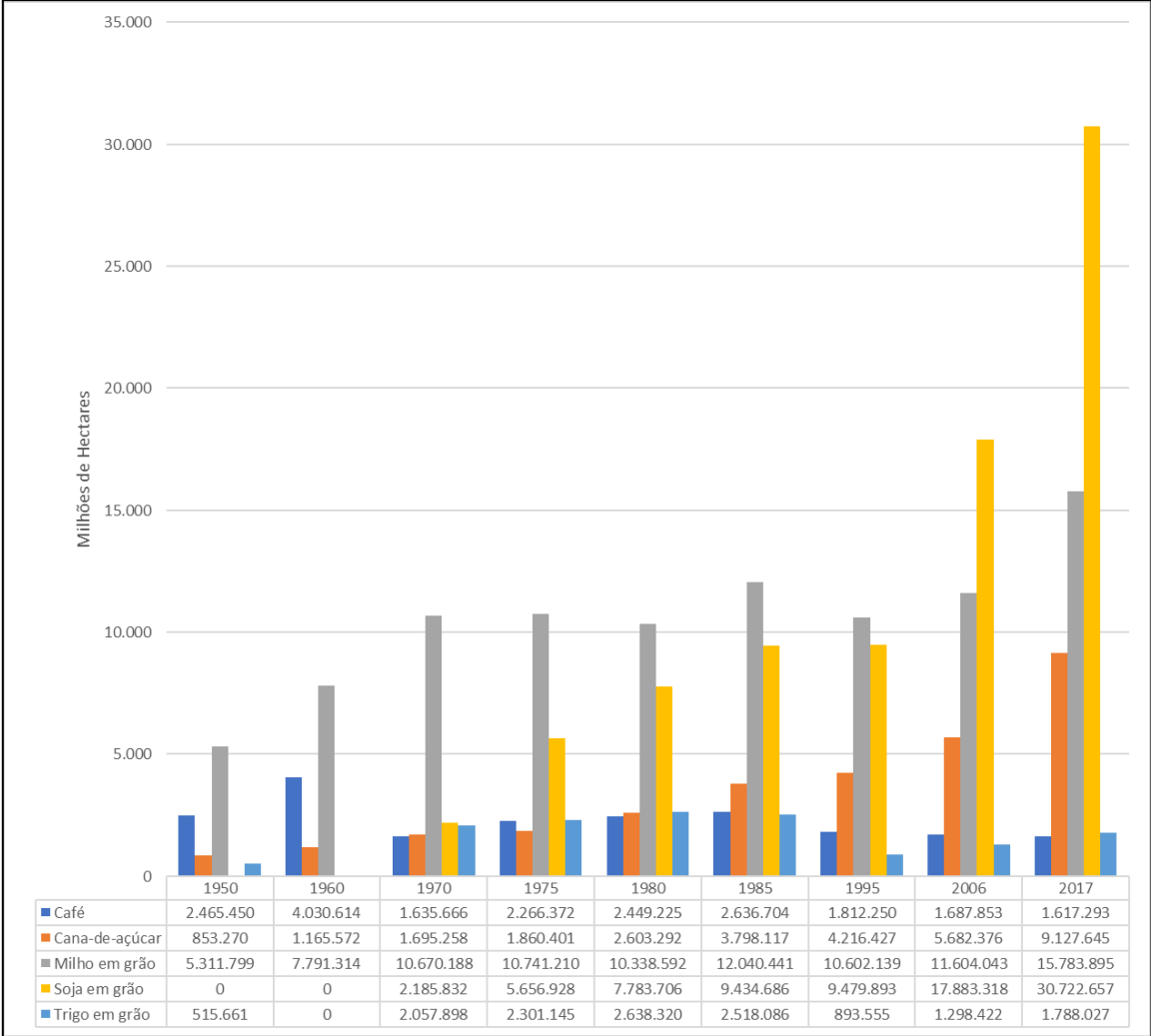
A RETRAÇÃO TERRITORIAL DA CAFEICULTURA

A trajetória da cafeicultura brasileira entre 1950 e o ano do último Censo Agropecuário, 2017, evidencia um processo de retração territorial acentuado. Na década de 1960, o café ocupava 4.030.614 hectares, simbolizando a agricultura brasileira. Essa hegemonia foi sendo desfeita a partir dos anos 1970, quando políticas estatais de modernização e expansão da fronteira agrícola impulsionaram culturas como soja e milho para o centro das exportações.

Em 2017, a área colhida de soja alcançou 30.722.657 hectares, enquanto a do café recuou para 1.617.293 hectares, concentrando-se no Sudeste. Essa substituição produtiva evidencia a reestruturação da geografia agrícola, reduzindo a diversidade territorial, aumentando a dependência regional e limitando a resiliência do sistema alimentar diante da volatilidade global (IBGE, 2025). A cafeicultura atual apresenta concentração espacial e especialização produtiva, com Minas Gerais e Espírito Santo respondendo por cerca de 75% da produção nacional.

Esse processo de territorialização seletiva, destacado por Frederico (2017), resulta da adoção de modelos técnico-científicos e da integração às cadeias globais, marginalizando regiões historicamente produtoras, mas menos adaptadas às exigências mercadológicas contemporâneas. A seletividade territorial e a fragmentação funcional do espaço agrário reforçam disparidades regionais e ampliam a vulnerabilidade de territórios excluídos dos circuitos exportadores.

Figura 1 – Evolução da área colhida das principais culturas agrícolas no Brasil (1950–2017)



Fonte: Elaboração do autor com base em IBGE (2025).

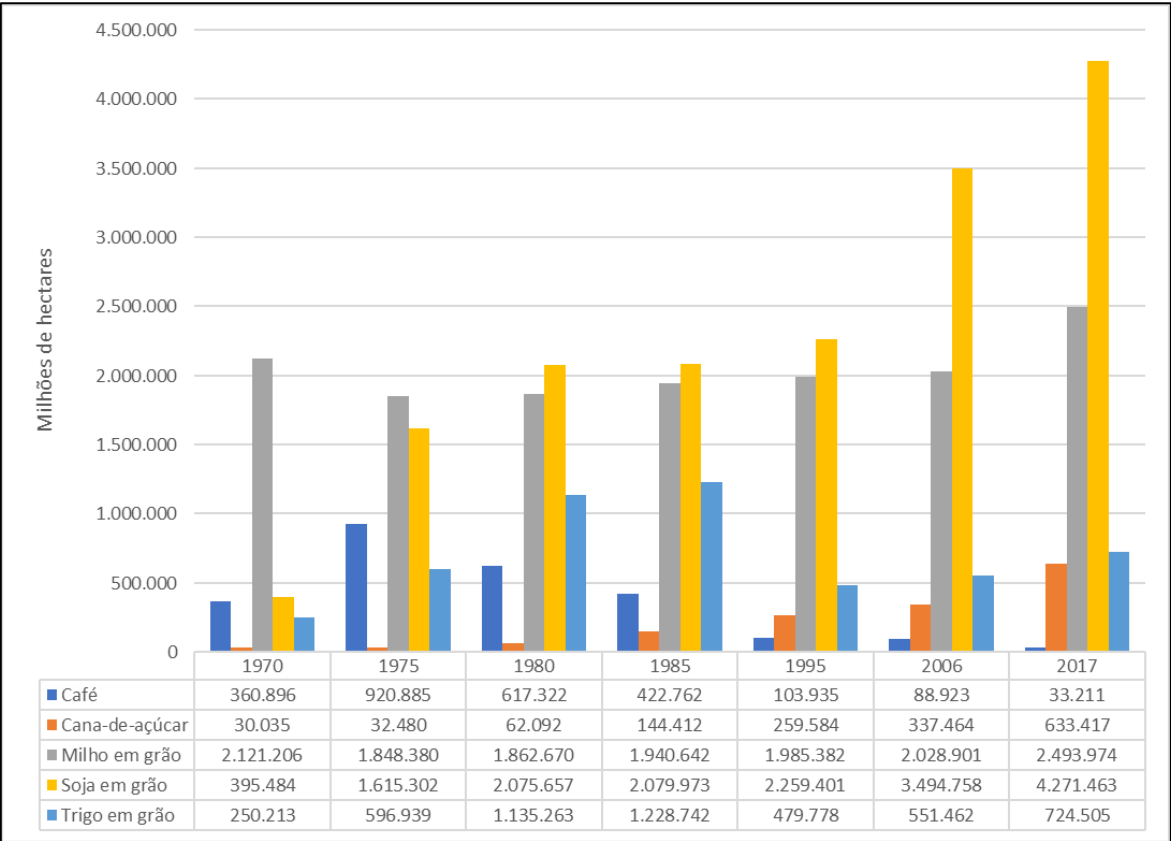
Essa reconfiguração territorial está diretamente relacionada ao comportamento dos preços recentes. Conforme dados da ABIC (2025a), o preço da matéria-prima (saca de café arábica tipo 6, Minas Gerais) evoluiu de R\$ 1.036,00 em janeiro de 2021 para R\$ 2.451,00 em janeiro de 2025, representando uma elevação de 136,5% no período. No varejo, o preço médio do café torrado e moído no Brasil, segundo a ABIC (dados até março de 2025), aumentou de R\$ 20,84 (2021) para R\$ 64,80 (março de 2025) o quilo, correspondendo a uma alta de 211%. Apenas em 2024, o café torrado e moído registrou aumento de 37,4%, enquanto a cesta básica variou 2,7% no mesmo intervalo (ABIC, 2025a). Esses dados ilustram a fragilização do abastecimento interno, intensificada por um modelo concentrador e desregulado, e apontam para a relação entre reestruturação produtiva e formação dos preços.

A bienalidade natural da cultura do café, aliada a eventos climáticos extremos (secas, ondas de calor, geadas desde 2021), agravou a retração produtiva. Segundo a Conab (2025), estima-se a safra de 2025 em 51,8 milhões de sacas, queda de 4,4% em relação a 2024. O consumo nacional,

entretanto, permanece estável em cerca de 5,01 kg/habitante/ano, mantendo o Brasil como segundo maior consumidor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

O caso do Paraná é emblemático. Em 1970, a área com café era de 360.896 hectares; em 2017, restaram apenas 33.211 hectares, enquanto a soja já ocupa mais de 4,2 milhões de hectares (IBGE, 2025).

Figura 2 – Evolução da área colhida das principais culturas agrícolas no Paraná (1970–2017)



Fonte: Elaboração do autor com base em IBGE (2025).

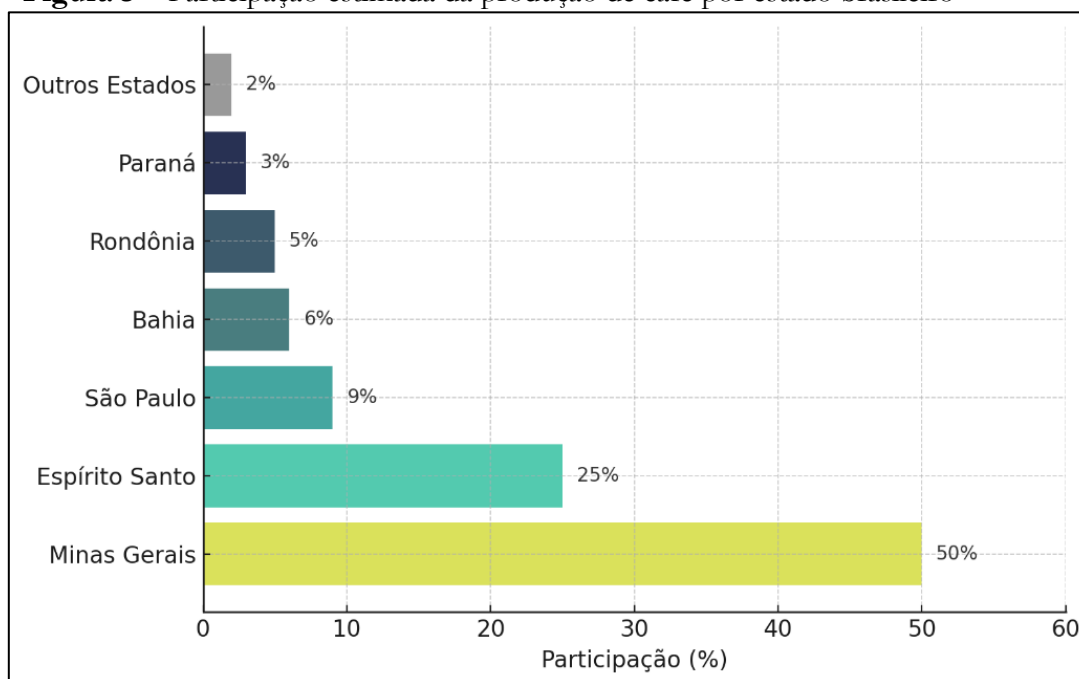
Essa redução superior a 90% da área colhida de café no Paraná evidencia a intensidade do processo de desestruturação territorial da cafeicultura tradicional, resultado tanto de choques climáticos (como as geadas das décadas de 1970 e 1980) quanto de políticas públicas que deixaram de amparar pequenos produtores diante da reorganização do mercado agrícola. Frederico (2017) interpreta esse processo como a consolidação da “cafeicultura científica globalizada”, baseada em exigências técnicas, logísticas e financeiras do mercado externo, e que marginaliza territórios sem capacidade de adaptação ao novo padrão.

A concentração produtiva é reforçada pelos dados mais recentes: Minas Gerais responde por mais de 50% da produção nacional; Espírito Santo, cerca de 25%, com destaque para o conilon. Outros Estados, como São Paulo, Bahia e Rondônia, têm participações secundárias, e regiões como o Sul praticamente desaparecem do cenário produtivo. Esse padrão de concentração revela o que

Santos e Silveira (2001) denominam seletividade territorial dos fluxos hegemônicos: apenas os espaços articulados à lógica técnica, científica e mercantil globalizada são plenamente integrados aos circuitos produtivos centrais, enquanto regiões historicamente cafeeiras, mas com menor capacidade de adaptação tecnológica, como parte do interior do Paraná e do Norte de São Paulo, enfrentam perda de dinamismo e marginalização relativa.

Em 2025, a receita bruta da cafeicultura brasileira está estimada em R\$ 127,88 bilhões, conforme dados da Embrapa Café (Cavaton; Ferreira, 2025a), evidenciando a relevância econômica do setor mesmo diante das oscilações de preços e da retração da área plantada no território nacional.

Figura 3 – Participação estimada da produção de café por estado brasileiro



Fonte: Elaboração do autor com base em Consórcio Pesquisa Café (2025), ABIC (2024) e Brasil (2021).

Essa concentração territorial compromete a diversidade produtiva e dificulta o acesso regional ao produto. No plano teórico, Oliveira (2016) mostra que a lógica agroexportadora seleciona espaços para maximização do lucro, promovendo especialização e eliminação de sistemas locais. Na cafeicultura, tais processos são observados empiricamente nos dados analisados. Cunha (2003), embora não trate do café diretamente, discute como a ausência de políticas públicas com enfoque territorial contribui para o esvaziamento produtivo de diversos territórios. Essa análise teórica é útil para compreender os efeitos da omissão estatal em cadeias produtivas vulneráveis, como a cafeicultura.

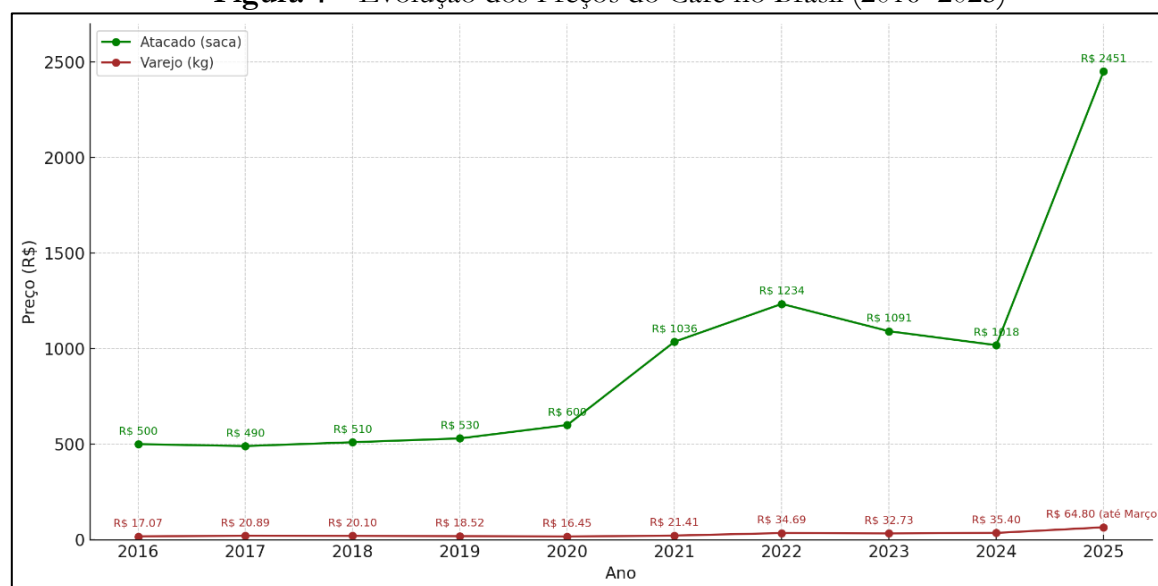
A retração territorial da cafeicultura, portanto, não é apenas consequência da modernização técnica, mas sintoma de um modelo agrário que desloca o centro da produção para interesses do

mercado externo, comprometendo soberania alimentar, justiça territorial e o direito ao café como bem cultural dos brasileiros.

A alta de preços e o paradoxo da escassez interna

Entre os anos de 2016 e março de 2025, o mercado interno de café no Brasil foi marcado por um aumento acelerado e estrutural de preços, tanto na matéria-prima quanto no varejo. Dados sistematizados pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC, 2025a), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2021) e pelo Consórcio Pesquisa Café (2025) indicam que o preço da saca de café arábica tipo 6 recebeu valorização de R\$ 500,00 em 2016 para R\$ 2.451,00 em janeiro de 2025. No varejo, o preço médio do café torrado e moído aumentou de R\$ 17,07 para R\$ 64,80 por quilo no mesmo período, acumulando alta de aproximadamente 280%, superando o índice geral da inflação.

Figura 4 – Evolução dos Preços do Café no Brasil (2016–2025)



Fonte: Elaboração do autor com base em ABIC (2025a), Brasil (2021) e Consórcio Pesquisa Café (2025).

Apesar da expressiva alta de preços, o consumo nacional de café manteve-se estável em torno de 21,9 milhões de sacas por ano, mantendo o Brasil como maior produtor e consumidor mundial (ABIC, 2025a). Tal cenário revela um paradoxo: a crise de preços não é consequência de escassez real de oferta, mas resulta de uma reorganização produtiva e distributiva que aprofunda a destinação da produção para o mercado externo e expõe os preços internos à volatilidade global.

Este fenômeno insere-se em um contexto de transformações estruturais da cafeicultura brasileira, cuja compreensão se apoia em diferentes aportes teóricos. Frederico (2017) destaca que

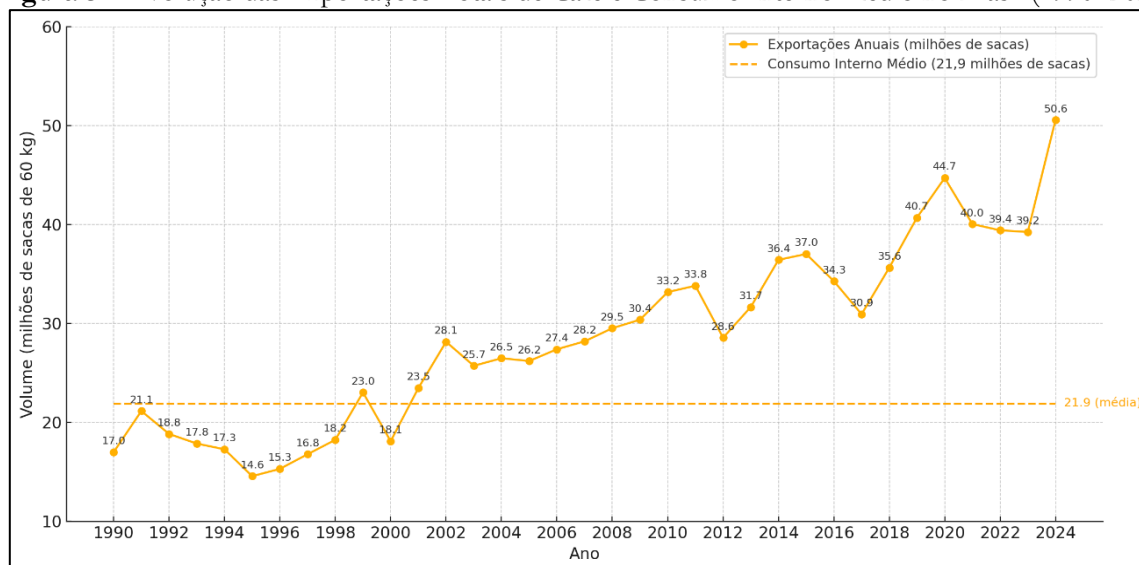
a cafeicultura foi reconfigurada segundo os imperativos do mercado global, caracterizando-se por crescente dependência de agentes financeiros, certificações internacionais e redes logísticas transnacionais. Embora o autor não aborde diretamente a financeirização ou a precificação em bolsas, evidencia o processo de integração subordinada da produção às exigências do comércio exterior.

No âmbito do desenvolvimento rural e da soberania alimentar, Maluf (2000) denomina esse movimento como esvaziamento da função alimentar da agricultura. No caso da cafeicultura, conforme demonstrado pelos dados analisados neste artigo, a priorização da exportação e a ausência de mecanismos regulatórios internos reforçam esse quadro de vulnerabilidade. Santos e Silveira (2001) ampliam essa análise ao apontar que esse esvaziamento reflete a seletividade dos fluxos hegemônicos, nos quais os circuitos produtivos se organizam para atender às demandas globais, em detrimento das necessidades locais e territoriais.

Por sua vez, Cunha (2003), ainda que não trate diretamente da cafeicultura, enfatiza que a ausência de políticas públicas com enfoque territorial compromete o abastecimento interno e fortalece a lógica de mercado. Sua crítica ao distanciamento entre o planejamento estatal e as dinâmicas regionais concretas destaca a necessidade de um projeto de desenvolvimento capaz de reconectar produção e consumo no interior do país.

Exportações crescentes versus consumo interno pressionado

Os dados atualizados da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) evidenciam uma dinâmica paradoxal que marca o mercado interno brasileiro de café nos últimos anos. Embora o consumo interno mantenha-se estável, em torno de 21,9 milhões de sacas anuais entre 2021 e 2024, as exportações atingiram um patamar recorde de aproximadamente 50,6 milhões de sacas em 2024, conforme ilustrado na Figura 5 (ABIC, 2025a).

Figura 5 – Evolução das Exportações Totais de Café e Consumo Interno Médio no Brasil (1990–2024)

Fonte: Elaboração do autor com base em ABIC (2023).

Esse cenário expõe um contexto de pressão contínua sobre o abastecimento doméstico, no qual uma demanda interna robusta e constante convive com níveis excepcionalmente altos de exportação. Tal configuração agrava a vulnerabilidade do mercado interno, pois, apesar da estabilidade no consumo, os volumes exportados elevam a tensão sobre a disponibilidade do produto para o consumidor nacional.

No primeiro quadrimestre de 2025, o Brasil exportou 13,81 milhões de sacas de café, segundo a Embrapa Café, consolidando a prioridade exportadora do setor mesmo em contexto de encarecimento do produto no mercado interno (Cavaton; Ferreira, 2025b). O impacto dessa dinâmica reflete-se na elevação significativa dos preços médios do café torrado e moído no varejo, que subiram 37,4% em 2024, superando em larga medida a inflação média da cesta básica (2,7%). Esse aumento evidencia a dificuldade do mercado interno em absorver as pressões advindas tanto da demanda global quanto das condições internas de produção e distribuição.

O paradoxo se acentua pelo papel do Brasil como maior produtor e exportador mundial de café, tornando o abastecimento interno vulnerável à volatilidade e às exigências do mercado internacional. A fragilidade regulatória e a seletividade na distribuição intensificam a escassez seletiva, comprometendo a segurança alimentar e os direitos do consumidor brasileiro.

A análise estatística realizada entre 1990 e 2024 confirma essa relação complexa: a expansão das exportações apresenta uma associação positiva significativa com o aumento dos preços internos, mesmo na ausência de queda substancial na produção nacional. Esse dado aponta para um padrão estrutural no qual o mercado doméstico é pressionado pela integração das cadeias produtivas brasileiras às dinâmicas do capital transnacional, conforme destacam Oliveira (2016) e Frederico (2017).

Em suma, a situação da cafeicultura brasileira exige políticas públicas urgentes para mitigar a subordinação externa, fortalecer a regulação e garantir a estabilidade do abastecimento interno e o acesso ao café. A expressiva alta dos preços no varejo desde 2016 confirma a relação entre exportações e encarecimento do produto. Outro elemento importante é o avanço da financeirização. Estima-se que cerca de 30% das exportações brasileiras de café arábica são negociadas por meio de contratos futuros na Bolsa de Nova York, refletindo a crescente influência de agentes financeiros internacionais sobre o setor cafeeiro brasileiro. Esse processo intensifica a sensibilidade dos preços internos à especulação e à volatilidade global (ABIC, 2023).

Essa lógica não se explica por excedentes, mas pela opção estrutural do setor por priorizar a demanda externa, onde os preços são mais altos, os contratos são dolarizados e as exigências determinadas por grandes conglomerados internacionais. No plano teórico, Oliveira (2016) aponta que a subordinação externa da produção é traço central da mundialização da agricultura: produtos nacionais deixam de atender ao consumo interno e passam a obedecer aos imperativos do capital transnacional. Na cafeicultura, os dados confirmam a prioridade estrutural ao mercado externo.

Frederico (2017) interpreta esse movimento como parte da transição para a “cafeicultura científica globalizada”, caracterizada pela intensificação tecnológica, verticalização da cadeia produtiva e subordinação às exigências logísticas e mercadológicas internacionais. Embora não trate especificamente da financeirização ou das bolsas internacionais, o autor evidencia como o novo padrão técnico-produtivo reconfigura o território e favorece regiões integradas a circuitos longos de exportação, excluindo produtores e áreas que não acompanham esse modelo.

O resultado é a formação de um mercado interno secundarizado, no qual os preços se elevam sem contrapartida de ampliação da oferta. Essa realidade encaminha a refletir os escritos de Maluf (2000), no qual argumenta que esse modelo viola o princípio da soberania alimentar, pois desliga a produção do consumo e converte o alimento em mercadoria volátil e seletiva. Os dados apresentados mostram que a função social do café como produto cultural do consumo brasileiro é suprimida em nome da racionalidade econômica da exportação.

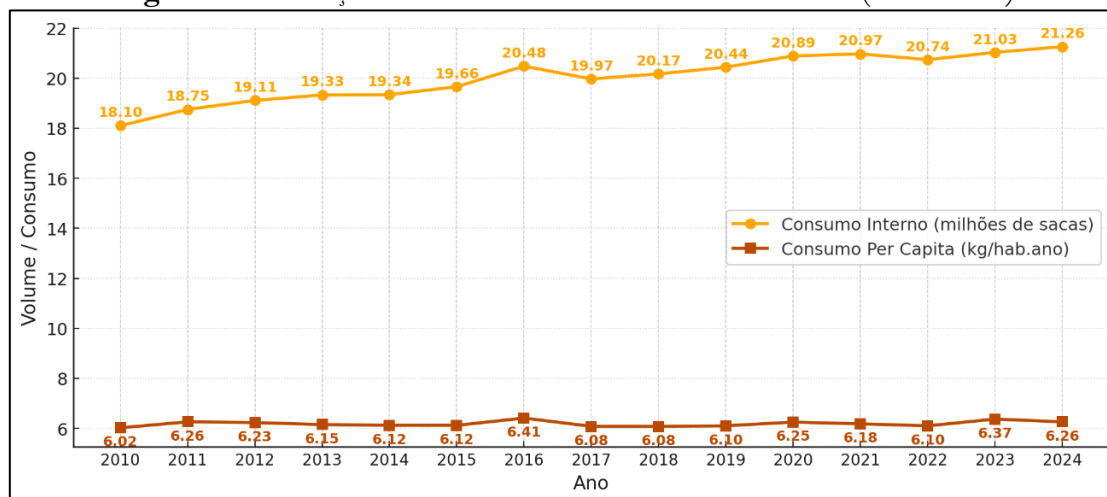
Do ponto de vista territorial, esse fenômeno aprofunda as desigualdades regionais. Regiões produtoras integradas aos circuitos de exportação como o Cerrado Mineiro e o norte do Espírito Santo concentram os investimentos, enquanto territórios historicamente abastecedores do mercado interno perdem relevância produtiva e política. Cunha (2003), embora não trate diretamente da cafeicultura, destaca que as políticas públicas nunca estruturaram um sistema nacional de abastecimento baseado na produção familiar ou regionalizada, o que reforça a vulnerabilidade do consumidor frente ao mercado externo.

A persistência de altas exportações, mesmo com escassez interna e preços elevados, mostra que o Brasil prioriza a competitividade externa em detrimento das necessidades nacionais de acesso ao alimento. A análise estatística indica correlação positiva entre exportações e aumento dos preços internos, embora outros fatores como clima, câmbio, logística e políticas públicas, também influenciem a formação dos preços. Assim, a elevação dos preços resulta de múltiplas variáveis interligadas, com a exportação sendo central, mas não exclusiva.

Consumo interno crescente e o paradoxo da instabilidade produtiva

Apesar da retração da área cultivada e da concentração em poucos polos exportadores, o consumo interno de café no Brasil permaneceu elevado e estável entre 2010 e 2024, passando de 18,1 para 20,8 milhões de sacas anuais. O consumo per capita variou de 6,02 kg para 6,26 kg/habitante/ano, com picos acima de 6,4 kg.

Figura 6 – Evolução do consumo interno de café no Brasil (2010–2024)

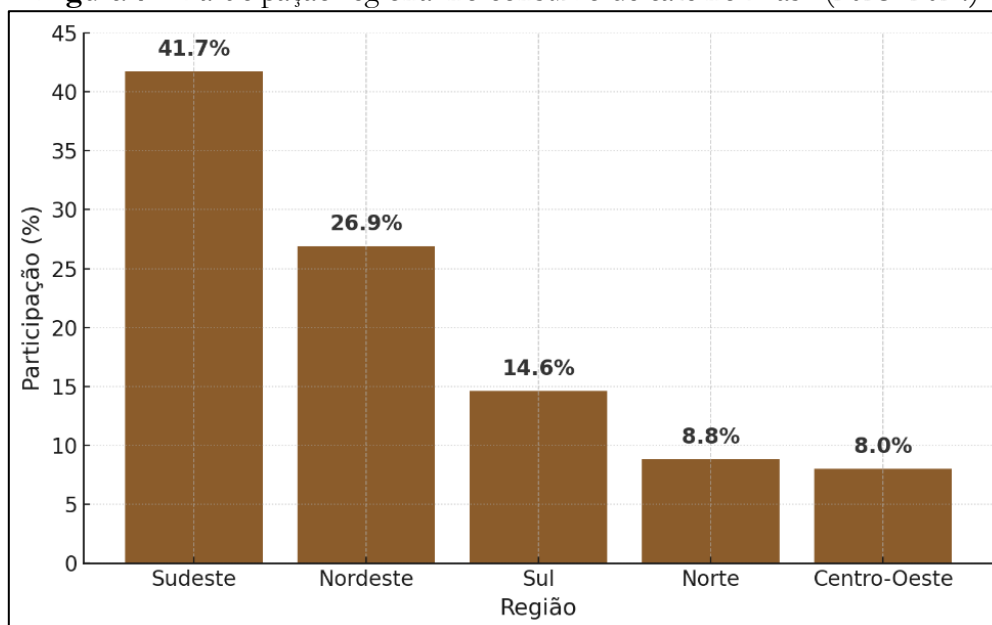


Fonte: Elaboração do autor com base em ABIC (2025b).

O dado revela não só a força da demanda, mas também o enraizamento cultural da bebida na sociedade brasileira. O brasileiro continua consumindo café em grande quantidade, mesmo diante de aumentos expressivos no varejo. Em 2024, o café torrado e moído foi o item que mais encareceu na cesta básica nacional, com alta de 37,4%, segundo o Sumário Café (Consórcio Pesquisa Café, 2025). Entretanto, esse consumo não é homogêneo no território nacional. Segundo a ABIC, 41,7% do café consumido concentra-se na região Sudeste, 26,9% no Nordeste, 14,6% no Sul e 16,8% dividem-se entre o Norte e o Centro-Oeste (ABIC, 2024). Essa desigualdade regional reflete também diferenças logísticas, sociais e de renda. Regiões com melhor oferta e estrutura

mantêm o abastecimento, enquanto outras enfrentam dificuldades de acesso, tanto pelo preço quanto pela distribuição.

Figura 7 – Participação regional no consumo de café no Brasil (2023–2024)



Fonte: Elaboração do autor com base em ABIC (2024).

O paradoxo torna-se evidente: enquanto a demanda interna está estabilizada em níveis altos, a produção enfrenta instabilidades climáticas, retração territorial e prioridade dada à exportação. O resultado é um descompasso entre o consumo massivo como prática social e a crescente escassez seletiva no varejo. Isso transforma o café (produto símbolo da cultura brasileira) em item de valor seletivo, especialmente em regiões menos integradas à cadeia logística nacional.

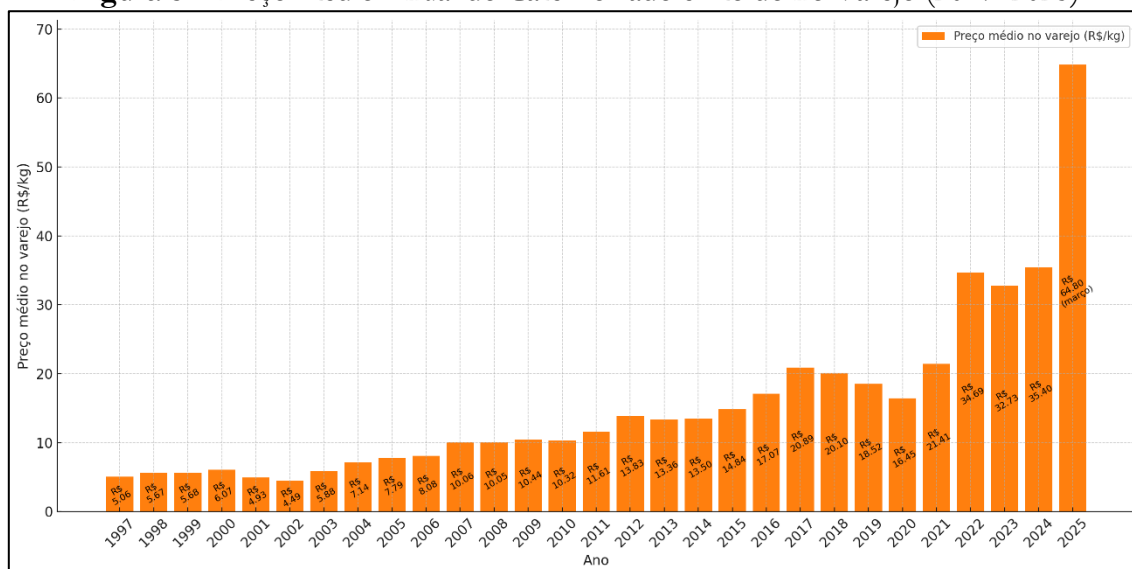
No debate sobre soberania alimentar, autores como Maluf (2000) defendem que o desafio não é apenas aumentar a produção, mas garantir que o abastecimento atenda prioritariamente à população residente no território. No caso da cafeicultura, os dados evidenciam que esse desafio permanece diante da priorização do mercado externo, da instabilidade produtiva e das desigualdades regionais.

A escalada dos preços no varejo e os limites da oferta interna

A trajetória recente do preço do café torrado e moído no varejo brasileiro revela um padrão estrutural de encarecimento, com impactos diretos sobre o consumidor final. Em 2017, o preço médio do quilo de café era de R\$ 20,84, tendo apresentado breve queda até 2019 (R\$ 17,42). A partir de 2020, observa-se uma alta contínua e acentuada: R\$ 20,84 em 2021, R\$ 22,00 em 2022,

R\$ 30,25 em 2023, R\$ 42,65 em 2024 e R\$ 64,80 em março de 2025, representando um aumento acumulado superior a 200% em sete anos (ABIC, 2025a).

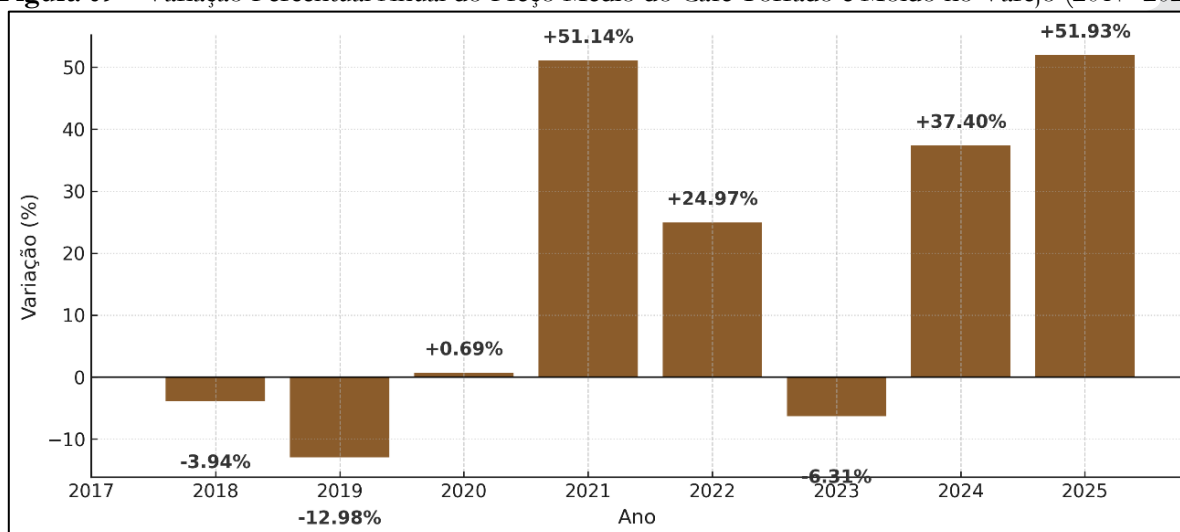
Figura 8 – Preço Médio Anual do Café Torrado e Moído no Varejo (2017–2025)



Fonte: Elaboração do autor com base em ABIC (2025a).

A variação percentual anual confirma uma inflexão a partir de 2021, com altas sucessivas de 19,6% (2021), 5,6% (2022), 37,5% (2023) e 41,1% (2024). Até março de 2025, a elevação atingiu 52,0% em relação ao ano anterior, consolidando uma trajetória de forte valorização nos últimos anos (ABIC, 2025a).

Figura 09 – Variação Percentual Anual do Preço Médio do Café Torrado e Moído no Varejo (2017–2025)



Fonte: Elaboração do autor com base em ABIC (2025a).

Esse encarecimento não se explica apenas por oscilações inflacionárias ou safras pontuais, mas decorre da convergência de fatores estruturais, tais como: Retração da área plantada, estimada em 1,85 milhão de hectares em 2025, dos quais 1,48 milhão correspondem ao arábica e 369,6 mil ao conilon (Consórcio Pesquisa Café, 2025); Prioridade dada às exportações, com 4,5 milhões de sacas exportadas somente em janeiro de 2025; Consumo interno elevado, que alcançou mais de 21 milhões de sacas em 2024, correspondente a uma média de 6,26 kg/habitante/ano (ABIC, 2024); Choques climáticos desde 2021, como geadas, estiagens e ondas de calor, que comprometeram safras sucessivas.

A geografia da produção reforça o cenário de escassez localizada: Minas Gerais concentra mais de 50% da produção nacional de café arábica, enquanto o Espírito Santo lidera na produção de conilon. Estados como São Paulo, Bahia, Rondônia e Paraná apresentam participações menores, sendo este último o que mais perdeu área produtiva nas últimas décadas (Figura 3).

Essa configuração mostra que, embora a produção nacional seja elevada, ela é voltada à exportação, o que fragiliza a estabilidade dos preços internos e compromete a soberania alimentar, expondo o consumidor à volatilidade internacional.

A cadeia global do café acentua essa desconexão: a maior parte das exportações é de café verde, processado em países do Norte Global (como Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica), reforçando o papel do Brasil como fornecedor primário.

Esse comportamento dos preços não pode ser explicado por fatores conjunturais, mas revela a materialização empírica de processos estruturais discutidos no referencial teórico, como a mundialização da agricultura e a seletividade territorial. O encarecimento decorre da funcionalização do território brasileiro segundo interesses do mercado global e da priorização das commodities de maior rentabilidade internacional, conforme analisam Oliveira (2016) e Frederico (2017). A financeirização do setor, como problematiza Oliveira (2016), intensifica ainda mais a sensibilidade dos preços internos às dinâmicas e volatilidades do mercado internacional.

A retração da área plantada, a concentração produtiva em poucos Estados e a predominância das exportações são manifestações claras do que Santos e Silveira (2001) denominam seletividade territorial: apenas espaços plenamente integrados à lógica técnica, científica e mercantil globalizada permanecem competitivos, enquanto os demais territórios, especialmente de tradição familiar, são progressivamente marginalizados.

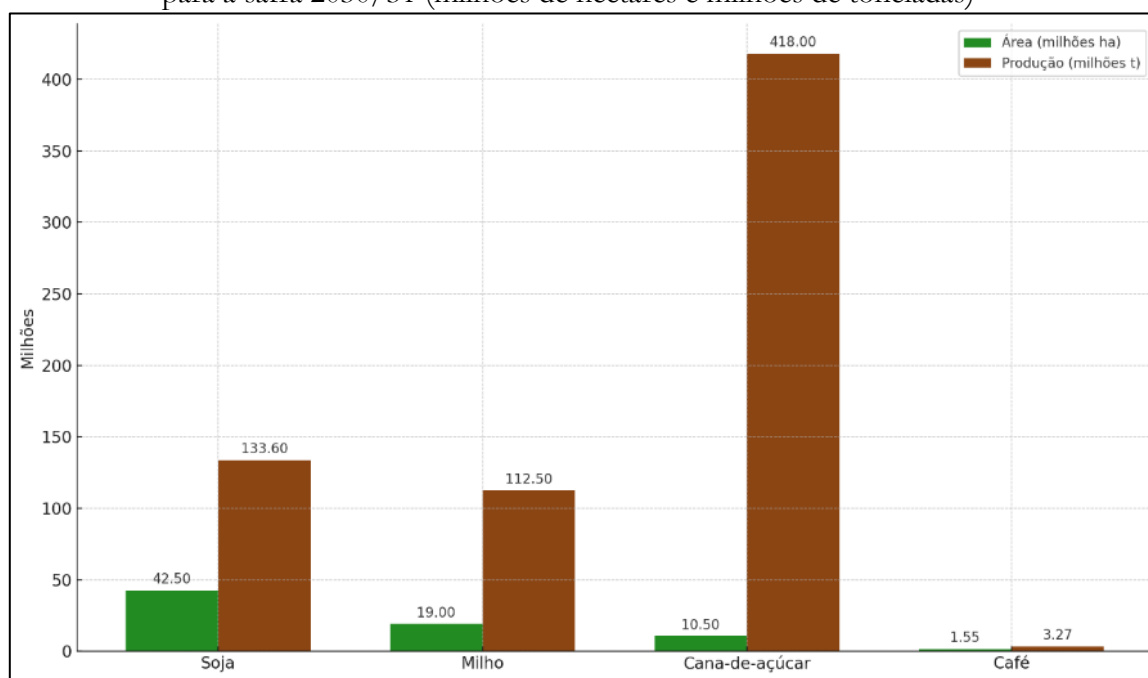
Ademais, a ausência de instrumentos eficazes de regulação estatal resultante do desmonte do Instituto Brasileiro do Café e da liberalização dos mercados a partir dos anos 1990, intensifica a vulnerabilidade do consumidor nacional. Os preços internos tornam-se cada vez mais sensíveis às oscilações do mercado internacional, refletindo a prioridade do modelo agroexportador e a

subordinação do setor cafeeiro às dinâmicas externas. Conforme argumenta Maluf (2000), esse processo compromete a função social e alimentar do café no Brasil, aproximando-o de uma lógica de mercadoria seletiva, desvinculada das necessidades do consumo interno. Frederico (2017) reforça que a cafeicultura brasileira, ao se subordinar às exigências do mercado internacional, reorganiza seu território produtivo em função dos fluxos globais, com impactos sobre a disponibilidade do produto no mercado interno.

O padrão de exportação de café verde e o papel de fornecedor primário do Brasil reforçam o diagnóstico de Prado Júnior (2011) e Furtado (2005), sobre a histórica subordinação do desenvolvimento nacional aos interesses do capital internacional.

As projeções para o período até 2030/31 indicam expansão acelerada das áreas de soja e cana-de-açúcar, especialmente nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, enquanto a produção de café tende à estabilidade ou a leve expansão, sem recomposição significativa da base territorial (Brasil, 2021; Embrapa, 2025).

Figura 10 – Área cultivada e produção estimada das principais culturas agrícolas no Brasil para a safra 2030/31 (milhões de hectares e milhões de toneladas)

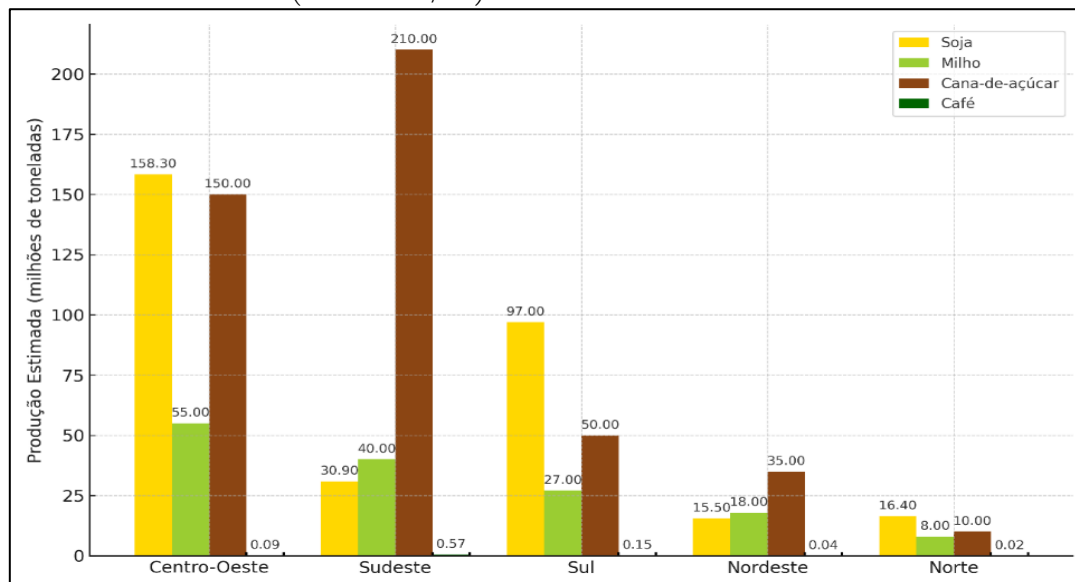


Fonte: Elaboração do autor com base em Brasil (2021) e Embrapa (2025).

A Figura 10 mostra a projeção para a área plantada e produção das principais culturas agrícolas brasileiras até 2030/31. Soja e cana-de-açúcar ocupam as maiores extensões e volumes, enquanto milho e café mantêm participação menor, porém relevante. O café tende à estabilidade ou leve expansão, sem ampliar significativamente sua base territorial, ao contrário da forte expansão

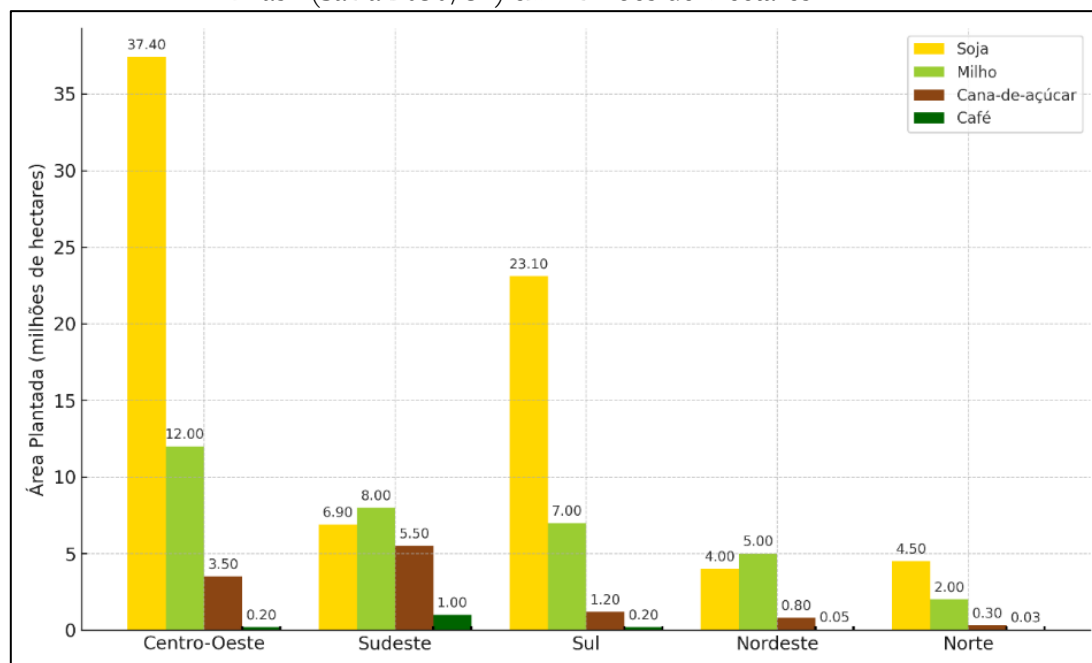
de soja e cana, sobretudo no Centro-Oeste e Sudeste, consolidando um modelo produtivo voltado à competitividade global e à especialização regional.

Figura 11 – Produção Estimada de Soja, Milho, Cana-de-Açúcar e Café por Região no Brasil (Safr 2030/31) em Milhões de Toneladas



Fonte: Elaboração do autor com base em: Brasil (2021), Embrapa (2025) e Consórcio Pesquisa Café (2025).

A Figura 11 mostra a distribuição regional da produção de soja, milho, cana-de-açúcar e café para 2030/31, destacando a especialização produtiva das macrorregiões. O Centro-Oeste lidera em soja e milho, beneficiado por condições climáticas e infraestrutura, respondendo por cerca de metade da produção nacional dessas culturas. O Sudeste é o segundo maior produtor, com destaque para a cana e o café, especialmente Minas Gerais, que mantém a hegemonia na cafeicultura. O Sul contribui significativamente em soja e milho, enquanto Norte e Nordeste têm produção modesta, refletindo limitações agroecológicas e menor desenvolvimento das cadeias produtivas.

Figura 12 – Área Plantada Projetada de Soja, Milho, Cana-de-Açúcar e Café por Região no Brasil (Safr 2030/31) em Milhões de Hectares

Fonte: Elaboração do autor com base em Brasil (2021), Embrapa (2025) e Consórcio Pesquisa Café (2025).

A Figura 12 mostra a distribuição da área plantada projetada das principais culturas, evidenciando as bases territoriais da produção agrícola brasileira. O Centro-Oeste lidera em extensão plantada, especialmente para soja e milho, enquanto o Sudeste mantém destaque em café e cana, com Minas Gerais e São Paulo como principais polos. Sul, Nordeste e Norte apresentam áreas menores e mais dispersas, refletindo a diversidade regional. Essa configuração ressalta desafios para políticas de desenvolvimento e sustentabilidade, além de evidenciar diferenças de produtividade e a necessidade de investimentos em pesquisa e extensão. As projeções confirmam a seletividade territorial e a especialização produtiva, com soja e cana priorizadas, enquanto a cafeicultura permanece estável e concentrada em regiões consolidadas.

Trata-se, assim, de uma materialização empírica do processo de mundialização da agricultura (Oliveira, 2016) e da funcionalização do território conforme as exigências do capital global (Santos e Silveira, 2001). O padrão observado aprofunda a vulnerabilidade da cafeicultura diante de choques externos, reduz a capacidade de resposta às demandas internas e fragiliza a soberania alimentar, como já advertido por Maluf (2000) e Cunha (2003).

Portanto, os dados das Figuras 10, 11 e 12, ao mesmo tempo em que ilustram tendências produtivas, sintetizam na escala empírica o conjunto dos processos histórico geográficos e estruturais discutidos, apontando para desafios que só poderão ser enfrentados mediante políticas públicas de diversificação produtiva, descentralização territorial e fortalecimento da agricultura familiar.

Assim, a cafeicultura brasileira, voltada prioritariamente à exportação e ao mercado internacional, enfrenta desafios estruturais que excedem as oscilações conjunturais. Isso exige políticas públicas para promover diversificação produtiva, descentralização territorial e resiliência dos territórios rurais. A instabilidade climática e os choques globais tornam imprescindíveis mecanismos regulatórios eficazes e estratégias adaptativas para proteger produção e consumidores, assegurando sustentabilidade e justiça territorial no setor cafeeiro.

DIRETRIZES PARA SOBERANIA ALIMENTAR E JUSTIÇA TERRITORIAL NA CAFEICULTURA

A análise empreendida nas seções anteriores demonstrou que a crise de preços e o desabastecimento relativo do mercado interno de café são sintomas de um modelo estrutural excludente, marcado pela financeirização, pela concentração territorial e pela subordinação às demandas do mercado externo. Diante desse diagnóstico, e atendendo ao objetivo de propor alternativas, defende-se aqui um conjunto articulado de políticas públicas voltadas a reequilibrar a cadeia produtiva, fortalecer a soberania alimentar e promover justiça territorial. Tais diretrizes não se resumem a medidas paliativas, mas visam uma reorientação estratégica do setor, resgatando a função social e cultural do café para a sociedade brasileira.

Regulação de mercado e estoques públicos

A volatilidade extrema dos preços, agravada pela financeirização, exige a intervenção estatal para estabilizar o abastecimento interno. A criação ou fortalecimento de estoques reguladores públicos, geridos por instituições como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), configura-se como uma medida urgente. Inspirado em experiências bem-sucedidas como a da Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia (Fedecafé), um estoque regulador atuaria comprando café em períodos de safra abundante e preços baixos e liberando-o no mercado interno em momentos de escassez e alta especulativa, amortecendo a volatilidade e garantindo preços mais estáveis ao consumidor. Esta medida confronta diretamente a lógica da "mundialização da agricultura" (Oliveira, 2016), ao reinserir uma racionalidade pública e alimentar na gestão de um *commodity* estratégico.

Fortalecimento da agricultura familiar e da diversificação produtiva

A "cafeicultura científica globalizada" (Frederico, 2017) promoveu uma seletividade territorial que marginalizou pequenos produtores e regiões tradicionais. Para contrapor essa tendência, é fundamental ampliar e adaptar políticas de apoio à agricultura familiar. A expansão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a compra de café de cooperativas de pequenos produtores garante um canal de comercialização estável, valoriza a produção local e fortalece economias territoriais. Paralelamente, é necessário fomentar a diversificação produtiva e a agregação de valor, por meio de incentivos fiscais e creditícios para a produção de cafés especiais, orgânicos e com Indicação Geográfica (IG). Esta estratégia, alinhada ao conceito de "projeto sócio-espacial de desenvolvimento" (Cunha, 2003), valoriza a diversidade territorial, gera renda e cria nichos de mercado menos vulneráveis à flutuação das *commodities*.

Descentralização produtiva e assistência técnica

A extrema concentração da produção em Minas Gerais e Espírito Santo representa um risco à segurança alimentar nacional. Políticas de descentralização produtiva são necessárias para revitalizar polos cafeicultores em Estados como Paraná, São Paulo e Bahia. Isso pode ser feito por meio de programas de assistência técnica e extensão rural específicos, executados por instituições como a Emater-MG e o Incaper-ES, mas expandidos para outras regiões. O foco deve ser a transferência de tecnologias adaptadas às realidades locais, o manejo sustentável e a gestão eficiente das propriedades familiares, promovendo a resiliência e a reconexão da produção com o consumo regional.

Transparência e governança da cadeia

A influência de agentes financeiros e a opacidade na formação de preços fragilizam todos os elos da cadeia, especialmente produtores e consumidores. A implementação de painéis públicos de monitoramento que divulguem em tempo real os preços na origem, no atacado, no varejo e a movimentação de contratos futuros é uma ferramenta essencial de transparência. Além disso, é preciso estimular a pesquisa acadêmica e técnica, com apoio de agências como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para investigar os impactos concretos da

financeirização e da especulação no setor cafeeiro brasileiro, gerando subsídios para uma regulação mais efetiva.

Rearticulação entre produção e consumo interno

Por fim, é crucial uma política de valorização e promoção do café brasileiro no mercado doméstico. Apoiar a certificação de cafés de qualidade e originários de territórios específicos, em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), ajuda a educar o consumidor e a criar valor. Campanhas que liguem o consumo de café à identidade cultural nacional e ao apoio aos produtores familiares podem ressignificar o ato de consumo, transformando-o num gesto de afirmação da soberania alimentar, tal como preconizado por Maluf (2000). O Quadro 1, a seguir, sintetiza essas diretrizes, articulando os eixos de ação com propostas concretas e referências institucionais que demonstram a viabilidade das medidas.

Quadro 1 — Recomendações para o reequilíbrio do setor cafeeiro brasileiro

Eixo de Ação	Proposta Concreta	Exemplos/Referência
Regulação de mercado	Criação ou fortalecimento de estoques reguladores públicos para o café	Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia (Fedecafé)
Apoio à agricultura familiar	Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para pequenos cafeicultores	Ministério do Desenvolvimento Social (PAA)
Diversificação e sustentabilidade	Incentivos fiscais e creditícios para diversificação produtiva e cafés especiais	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); programas estaduais de Indicação Geográfica (IG)
Assistência técnica e extensão	Expansão de programas de assistência técnica direcionada a cooperativas locais	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG); Incaper-ES (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural)
Certificação e mercado interno	Apoio à certificação de cafés regionais e à promoção do consumo nacional	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC)
Monitoramento de preços	Implementação de painéis públicos com transparência sobre preços e contratos futuros	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP)
Pesquisa e dados	Estímulo a estudos sobre financeirização e contratos futuros no setor cafeeiro	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Café); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Fonte: Elaboração do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou decifrar o paradoxo de um Brasil que, sendo o maior produtor e exportador mundial de café, vê seu mercado interno assolado por uma escalada histórica de preços e por uma escassez relativa do produto. Ao investigar o período de 2021 a 2025, a análise confirmou a hipótese central de que esse cenário não é um fenômeno conjuntural, mas a expressão de um processo estrutural de longa duração: a reconfiguração do território cafeeiro brasileiro sob a égide da mundialização da agricultura, da financeirização e da primazia absoluta do modelo agroexportador.

A investigação, ancorada na Geografia Crítica, demonstrou que a geografia dos preços do café é, na verdade, uma geografia de conflitos. Conflitos entre a lógica do capital transnacional, que funcionaliza o território como plataforma de exportação, e o direito à alimentação da população brasileira. A retração territorial drástica, a concentração produtiva em enclaves tecnificados do Sudeste e a marginalização de regiões tradicionais como o Paraná não são meros dados estatísticos; são a materialização de uma seletividade territorial (Santos; Silveira, 2001) que exclui sistemas produtivos não hegemônicos e fragiliza a resiliência do abastecimento interno.

Os resultados empíricos são contundentes: a alta de 211% no preço do café torrado e moído no varejo entre 2021 e março de 2025 convive com exportações recordes e um consumo interno estável e massivo. Este descolamento evidencia o esvaziamento da função alimentar da agricultura (Maluf, 2000), onde a produção nacional de um bem culturalmente essencial é progressivamente desvinculada do consumo local. A financeirização, com cerca de 30% das exportações atreladas a contratos futuros em bolsas internacionais, completa este quadro, transformando o café em ativo especulativo e transferindo a soberania sobre seus preços para o sistema financeiro global.

Diante dessa leitura estrutural, o artigo cumpriu seu objetivo final ao avançar para o campo da proposição. A seção dedicada às diretrizes demonstrou que superar a crise exige mais do que ajustes pontuais; demanda um redesenho estratégico das políticas públicas para o setor. As propostas elaboradas (da criação de estoques reguladores e do fortalecimento da agricultura familiar à promoção da transparência e da descentralização produtiva) constituem um arcabouço coerente e viável. Elas representam a operacionalização concreta de um projeto sócio-espacial de desenvolvimento (Cunha, 2003) alternativo, que se contrapõe à lógica homogeneizante da "cafeicultura científica globalizada" (Frederico, 2017). O Quadro 1 sintetiza esse caminho, oferecendo um instrumento tangível para planejadores e formuladores de políticas.

Em última instância, este artigo contribui para a literatura ao integrar, de forma original, a análise crítica da formação de preços a uma leitura geográfica profunda da reestruturação produtiva. Conclui-se que a questão do café transcende a economia e adentra o campo da ética e da justiça territorial. Garantir o acesso da população a um produto tão simbólico quanto o café não é um detalhe secundário, mas um imperativo de soberania alimentar e um parâmetro civilizatório. A reconciliação entre a produção cafeeira e o consumo interno, mediada por políticas públicas robustas e orientadas pelo interesse nacional, apresenta-se não apenas como uma possibilidade, mas como uma necessidade urgente para a construção de um desenvolvimento verdadeiramente territorializado e socialmente justo no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABIC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Consumo do café no Brasil:** séries históricas 2010–2024. Rio de Janeiro: ABIC, 2025b. Disponível em: <https://www.abic.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- ABIC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Exportações brasileiras de café:** volume mensal (2001–2022). Rio de Janeiro: ABIC, 2025c. Disponível em: <https://www.abic.com.br/estatisticas/exportacoes-brasileiras-de-cafe-volume/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- ABIC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Exportações brasileiras de café:** volume mensal (2001–2022). Rio de Janeiro: ABIC, 2023. Disponível em: <https://www.abic.com.br/estatisticas/exportacoes-brasileiras-de-cafe-volume/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- ABIC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Indicadores da Indústria de Café – 2024.** Rio de Janeiro: ABIC, 2024. Disponível em: <https://www.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- ABIC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Preços médios de café torrado e moído no varejo (séries históricas 2017–2025).** Rio de Janeiro: ABIC, 2025a. Disponível em: <https://www.abic.com.br/estatisticas/preco-no-varejo/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35–70, set./dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/436>. Acesso em: 19 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Projeções do Agronegócio:** Brasil 2020/21 a 2030/31: projeções de longo prazo. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estatistico/Projecoes_do_Agronegocio_2020_21_a_2030_31.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.
- CAVATON, Thiago; FERREIRA, Lucas Tadeu. A - Cafés do Brasil têm receita bruta estimada em R\$ 127,88 bilhões para o ano-cafeeiro 2025a. **Agência Embrapa Informação Tecnológica (Ageitec)**, Brasília, 25 maio 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/100619287/a---cafes-do-brasil-tem-receita-bruta-estimada-em-r-12788-bilhoes-para-o-ano-cafeeiro-2025>. Acesso em: 24 maio 2025.

CAVATON, Thiago; FERREIRA, Lucas Tadeu. Artigo - exportações dos cafés do Brasil atingem 13,81 milhões de sacas no primeiro quadrimestre de 2025. **Agência Embrapa Informação Tecnológica (Ageitec)**, Brasília, 15 maio 2025b. Estudos socioeconômicos e ambientais. Notícias. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/100523843/artigo---exportacoes-dos-cafes-do-brasil-atingem-1381-milhoes-de-sacas-no-primeiro-quadrimestre-de-2025>. Acesso em: 24 maio 2025.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Safras e produção de café**. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2025. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafes>. Acesso em: 10 maio 2025.

CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. **Sumário executivo do Café – abril de 2025**. Brasília: Embrapa Café, 2025. Disponível em: http://www.consorciopesquisacafe.com.br/images/stories/noticias/2021/2025/Abril/Sumario_Cafe_abril_2025.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná tradicional**. 2003. 398 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Por um projeto sócio-espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 2, p. 91–114, 1998. Disponível em: https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional87.pdf. Acesso em: 20 jul. 2013.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. **Emancipação**, Ponta Grossa, PR, v. 7, n. 1, p. 165–176, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/91/89>. Acesso em: 19 maio 2025.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Embrapa Café**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafes>. Acesso em: 21 maio 2025.

FREDERICO, Samuel. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 161–190, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.98588>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/98588>. Acesso em: 10 maio 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

IBGE. **Censo agropecuário: séries históricas de área colhida por produto – Brasil, 1950 a 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/2017-np-censo-agropecuario/9827-censo-agropecuario.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 10 maio 2025.

INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. **Historical background of the International Coffee Agreement**. Disponível em: <https://www.ico.org>. Acesso em: 20 maio 2025.

MALUF, Renato Sérgio. Atribuindo sentido à noção de desenvolvimento econômico. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53–80, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/177>. Acesso em: 19 maio 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. 3. ed. São Paulo: Iände Editorial, 2016. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20MUNDIALIZAÇÃO%20pro nto.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção (org.). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento – meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 159–179. Disponível em:

https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/20/48/3201. Acesso em: 19 maio 2025.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil.

RESR: Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 52, p. S063–S084, 2014. Suplemento 1.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLQJSdyX8Y7pkM475v/?lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2025.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TAUNAY, Afonso d'Escragno. **Pequena história do café no Brasil (1727–1937)**. Rio de Janeiro:

Departamento Nacional do Café, 1945. Disponível em: [https://fundar.org.br/wp-](https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/pequena-historia-do-cafe-no-brasil.pdf)

[content/uploads/2021/06/pequena-historia-do-cafe-no-brasil.pdf](https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/pequena-historia-do-cafe-no-brasil.pdf). Acesso em: 19 maio 2025.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 87–139, jun. 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acesso em: 19 maio 2025.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 52, p. S025–S044, 2014. Suplemento 1. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2025.

Recebido em: julho de 2025

Aceito em: outubro de 2025